

# Recensões

MELLO, José Barboza. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1972. 341 p. ilustr. Cr\$ 30,00.

*Nota da redação* — O livro acima foi recenseado, no número anterior desta Revista (p. 77-82), pelo Prof. Rubens Borba de Moares. O Prof. José Barboza Mello enviou-nos resposta às críticas feitas ao seu livro, que reproduzimos a seguir, *ipsissima verba*.

“A *Síntese Histórica do Livro* tem 344 páginas, está dividido em 38 capítulos, e reproduz 144 ilustrações. Não se trata de uma história do livro, trabalho que exigiria muito maior extensão, além de não desprezar informações minuciosas e maior documentação. Sendo mais jornalista que professor, fiz uma longa reportagem, ilustrada, sobre o livro, no Oriente, na Europa, nas Américas e no Brasil.

O Sr. Rubens escrevendo sobre esse livro, confessa sua má intenção, sem dar-se conta, ao dizer que *o leitor destas linhas estranhará, talvez, esta crítica severa*. (O grifo é meu).

Acho naturalíssimo que ele não entenda a síntese do capítulo inicial, “Do Grito aos Hieróglifos”, porque sua cabeça está cansada de tanto copiar bibliografias.

Acompanhemos a sua *crítica*. Ele desconhece o valor do *Quipo* peruano, ao afirmar que ninguém conseguiu decifrá-lo, e crê que é um simples artifício mnemônico para registrar estatísticas. E reprova a definição dada no livro.

Vejamos o que diz os autores de livros básicos como o de Doblhofer (A maravilhosa História das Línguas), e o do Padre Furlong (Orígenes del Arte Tipográfico en América): “O mais conhecido e, ao mesmo tempo, mais original exemplo de *escrita* (o grifo é meu) por objetos, é constituído pelas cordinhas de nós, figurando entre elas o *Quipo* dos antigos Incas, outrora senhores do Peru”. E mais: “O significado da escrita por meio de nós depende da cor dos fios, da quantidade e qualidade dos nós, bem como da distância existente entre eles e a cordinha”. E por fim: “Lao-tsé, sábio chinês, mostrou a importância da escrita por cordinhas de nós na velha China”. (Ernst Doblhofer). O viajante suíço Tschudi, ousadamente afirmou que no *Quipo* se podia ler além de leis e crônicas, até poesias, E evidente que exagerou.

Mas Garcilaso Inca de la Vega, autor da valiosíssima *Historia General del Perú*, publicada em 1617, afirma que os peruanos liam no *Quipo* o número de lutas, mensagens e ordens reais. E na página 24 de meu livro está a reprodução do desenho em que o Inca Tupac Yupanqui recebe o relatório de um de seus governadores através do *Quipo*.

Outra crítica. Afirmei, com os mestres, que o homem partiu, já em etapa posterior, da escrita pictográfica, e não da ideográfica, para chegar ao alfabeto. Porque a ideografia *já grafava uma idéia*, enquanto que a pictografia era *a escrita por imagens no sentido mais estrito*, conforme está no meu livro.

Afirma ele que *a escrita chinesa é basicamente ideográfica*. (O grifo é meu). A escrita chinesa é do 3.º milênio a.C. No seu início, era uma escrita pictográfica, conservando, no seu desenvolvimento, vestígios desses sinais nas figuras que representam o sol, a árvore ou uma floresta. Com o correr dos tempos, surgiu a escrita ligada a uma idéia, reunindo um conjunto de 214 radicais. Ao lado desses radicais, que são as partes ideográficas, são desenhados outros sinais, os fonogramas. Atualmente a língua chinesa é silábica, mas, na antiguidade, era monossilábica. Como língua silábica, em geral, ela se associa a outras escritas silábicas, como o cuneiforme.

Quando disse que o homem partiu da escrita pictográfica, e não da ideográfica, estava sendo fiel à história da formação das escritas desde a mais remota Antiguidade.

É necessário distinguir a diferença que há entre escritas em formação e escritas formadas.

Quando cito Kant, Mirabcau e Carlyle, é pela coincidência de opinião sobre a invenção da escrita, como marco indiscutível do verdadeiro início da história da civilização. Meu livro não é de filosofia. Porém ele não está interessado em criticar o meu livro, e sim em catar pulgas. Entretanto, com o prazer de catá-las, nos outros, descuida-se de si próprio. Ao comentar o livro do Sr. Ramiro Berbert de Castro (\*), na mesma seção da revista, diz *conseguir certos impressos é mais difícil do que comprar um incunábulo raro*. (O grifo é meu). Onde se poderia conseguir um incunábulo vulgar?

Os incunábulos são cotados pela importância do conteúdo. Há os tabulares ou xilográficos, antes da invenção do tipo móvel, os do século XV, e outros até o ano 1550. Mas todos são igualmente raros. E onde se viu um impresso recente ser mais difícil de encontrar-se que um incunábulo?

A propósito do catador de pulgas, lembro-me que, certa vez, presenciei a distração de um andrajoso, coberto de piolhos da cabeça aos pés, catando

\* O nome correto deste autor é Renato Berbert de Castro (cf *Revista de Biblioteconomia de Brasília* 1 (1) :83-85, 1973). (N. da R.) }

pulgas no seu cachorrinho, completamente despreocupado com os bichinhos que povoavam o seu corpo.

Afirmar ser o *rolo* uma imposição do material utilizado, o papiro, fato indiscutível. Se existem códices de papiro, nos primeiros séculos de nossa era, são exceções. E contra estas não se pode argumentar. Há também palimpsestos de papiro, como raridade.

Jamais confundi, no meu livro, como sou acusado levemente, Aldo Munuzio com o seu filho Paulo. Vejamos o que escrevi, referindo-me à oficina de Aldo: “ela foi fechada pelo sogro André Torresani, em 1529, e reaberta pelo terceiro filho de Aldo, o jovem Paulo, de 21 anos”. E acrescentei: “Dotado de boa cultura humanística, e de gosto pelas artes gráficas, conseguiu soerguer a oficina, voltando à edição dos clássicos, que tanta notoriedade dera à empresa, nos dias de Aldo”.

Onde está a confusão de Paulo por Aldo?

Disse que, em Roma, o papiro sofria novas manipulações, e os rolos se vendiam em cilindros de madeira chamados *umbilicus*. Ele corrige dizendo “que *umbilicus* (umbigo, em latim) é o nome que os romanos davam à vareta em torno da qual enrolavam os papiros”.

Será que alguém pode notar diferença entre essas definições?

Nas 15 páginas que escrevi sobre Gutenberg, ele só descobriu que o inventor foi um bom filho e ficou desolado com a morte da mulher. É uma pena.

Afirmou ele que esteve em Blois várias vezes e nunca viu igreja com fachada de bronze. É claro que não procurou ver ou ler o que estava no bronze de uma fachada de igreja, em Blois, porque sua preocupação era naturalmente outra. Mas está lá, numa placa de bronze, o acordo feito entre o Príncipe Etienne e os habitantes da cidade. Porque, quem afirma isso é M. Ilin, notável historiador soviético, na sua “Historia del Libro”, da Editorial Pueblos Unidos, Montevideo, 1945.

E a escolha é fácil. Entre o acusador que não tem obra alguma, a não ser um catálogo de bibliografia, e o historiador soviético que tem uma dezena de obras, traduzidas em vários idiomas, não se pode vacilar. Fico com Ilin.

Quando digo “Cova dos mil budistas”, o faço apoiado no Padre Guillermo Furlong, entre outros, sumidade na matéria, conforme está no seu livro *Orígenes del Arte Tipográfico en América*, já citado.

Se o crítico conhecesse esse livro, que não é obra rara (edição de 1947), não intentaria corrigir o que escrevi, *Cova dos mil budistas* por *Cova dos mil budas*. Sempre é mais fácil encontrar *mil budistas* do que *mil budas*...

A propósito citemos Aurel Stein, famoso arqueólogo inglês, informando que um sacerdote taoísta descobriu, numa câmara secreta, *Cova dos mil budistas*, no deserto de Turquestão, perto de Tunhuang, trabalhos impressos e manuscritos, ali escondidos, num total de 12.000 peças, aproximadamente. Entre estas havia numerosas obras de valor. 3.000 desses trabalhos foram selecionados e levados para Londres e se encontram no Museu Britânico. (Página 230 do meu livro).

Também ele deve ficar sabendo que a pasta de madeira, na sua fabricação primitiva, foi descoberta pelos chineses, ao utilizarem a *Morus Papyrifera* ou *Broussonetia papyrifera*, Codzum e Bambu, 123 anos a.C. Ele está convencido que a pasta de madeira só foi descoberta no século XIX. Aquelas plantas citadas, para ele, deviam ser trapos ou algodão, utilizados também na fabricação do papel.

Se no frontispício do livro *Música do Parnaso* consta o nome da Tipografia de Miguel Menescal, e o mesmo na legenda, é indubitável que o Miguel Meneses, citado anteriormente, corre por conta da revisão.

Quando afirmei que *Música do Parnaso*, do poeta baiano Manuel Botelho de Oliveira, foi o primeiro livro brasileiro publicado em Portugal, em 1705, louvei-me no conteúdo do livro e na declaração do poeta no seu prefácio.

Depois de citar várias traduções e livros em latim, ele chegou a esta conclusão: "Como se vê, não é fácil estabelecer, sem premissas, qual foi o primeiro poeta brasileiro que teve seus versos publicados. Mas, uma coisa é certa, a obra de Botelho de Oliveira não é o primeiro livro brasileiro". Ele confessa que não sabe, mas aquele livro não é o primeiro!

No que se refere ao *Exame de Bombeiros*, como primeiro livro brasileiro, prefiro ficar com a informação do pesquisador Roberto Macedo, professor de História.

A afirmação de que a *Relação da Entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheiro, digníssimo Bispo do Rio de Janeiro*, é o primeiro livro brasileiro, parece-me incorreta. Será, pelo seu reduzido número de páginas, o primeiro opúsculo e não livro, como se afirma. O *Exame de Bombeiros*, do General José Fernandes Pinto Alpoim, tem 444 páginas, 18 estampas, e um retrato de Gomes Freire de Andrade.

Penitencio-me da triste revisão do meu livro, que a pressa, sempre essa infeliz, não permitiu-me fazer uma nova leitura das provas de página. Qual o autor brasileiro que não se lamenta dessa imperfeição? Também a referência aos manuscritos de Shakespeare, que nunca existiram. Eu, que li todos os 37 dramas e comédias do mestre imortal, e que já vi representadas, em vários países, mais de vinte peças, tendo, como jornalista, escrito muitas vezes sobre o seu teatro, não podia ter feito tal afirmação.

Mas permanece o fundamental: não foram os *manuscritos* consultados, mas as *primeiras edições*. As edições posteriores àquelas, não respeitavam o texto completo das primeiras, da maior importância, não obstante a falta de divisão das cenas. Estas primeiras edições se encontram no Museu Britânico ou em Stratford-on-Avon.

Escritores da maior significação em nossa literatura, como Alceu Amoroso Lima, Gilberto Amado e Gilberto Freyre, cometeram equívocos em sua obra literária, muitos, mas estes jamais prejudicaram os seus textos. Suas obras estão vivas e palpitantes interessando, cada vez mais, aos leitores. É claro que aqueles equívocos não passaram despercebidos e serviram de pasto aos mini-críticos.

A 2.<sup>a</sup> edição de Casa Grande & Senzala, obra clássica, do mestre Gilberto Freyre, apresenta muitas correções às afirmações inverídicas constantes da primeira edição.

Há tempo, fui procurado na minha condição de editor, para examinar os originais de um livro sobre equívocos, confusões e plágios de Machado de Assis, num trabalho de 160 páginas. Tudo estava documentado. O autor havia lido toda a obra de Machado, com lápis à mão, e anotara as imperfeições que formavam aquelas quase duas centenas de páginas. Em homenagem ao mestre imortal de nossa literatura, não quis editar o livro. Este podia divertir a muitos, mas não chegaria a abalar o monumento de sua obra.

Afinal, descubro as razões que levaram o Sr. Rubens a investir contra o meu livro. Sua preocupação não é de criticar, mas ferir o romancista Adonias Filho, prefaciador do livro, Diretor da Biblioteca Nacional durante 11 anos e meses, que pediu demissão do elevado cargo para dedicar-se, completamente, à sua obra de ficcionista. Gesto que o autor da pseudo-crítica jamais praticaria durante sua vida de burocrata, imune à compulsória, apesar dos seus 74 anos.

Adonias Filho, escritor conhecido mundialmente através de muitas traduções dos seus romances, e o historiador (outro agredido) Arthur Cesar Ferreira Reis, defensor impertérrito de sua região (a Amazônia), em constantes edições de suas obras, estão numa altura moral e intelectual inacessível a esses criticões.

No meu livro ele não viu estas afirmações esclarecedoras e originais:

— O livro foi o primeiro produto, antecedendo de mais de três séculos, a indústria moderna, porque foi o primeiro trabalho em série.

— Retifiquei a informação e afirmação do Prof. Fernandes d'Oliveira, publicada no volume I dos Anais da Biblioteca Nacional, de 1876-77, de que *a Bíblia de Mogúncia, também chamada Mazzarina* (referindo-se à Bíblia de propriedade da Biblioteca), em vez de dizer Bíblia Latina, como é

conhecida, e está no "Catálogo de Incunábulos da Biblioteca Nacional", editado em 1956. Esta, a Bíblia Latina, é de 1462, e tem 48 linhas, conforme o próprio registro do Prof. Fernandes d'Oliveira. Aquela, a Mazzarina, assim chamada, por ter sido encontrada na Biblioteca do Cardeal Julio Mazzarino, no século XVIII, por De Bure, quando ali fazia pesquisas, é a mais valiosa. A Bíblia Mazzarina é de 1455-56, e tem 42 linhas.

— O *Martirologia Romano* e o *De la Diferencia entre lo temporal y eterno*, são livros argentinos e não paraguaios. Foram editados nas Reduções Jesuíticas, com tipos e máquinas, possivelmente, trazidas do Peru.

E por fim, a retificação de que o *Vocabulario de la Lengua Guarany e El Arte de la Lengua Guarany*, não são livros brasileiros, mas argentinos. E no capítulo *O Livro no Brasil*, terminei com a lenda de que os holandeses haviam instalado tipografia em Pernambuco, durante sua dominação.

Era só o que eu tinha, por ora, a responder ao Sr. Rubens.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1973.

PROF. JOSÉ BARBOZA MELLO

Editora Leitura S.A.

Rua das Marrecas, 37 — 1. andar, Rio de Janeiro, GB

ALMEIDA, Fernanda de Camargo e, ed. *Guia dos museus do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972. 317 p. Cr\$ 15,00.

Os museus brasileiros encontraram na antropóloga Heloísa Alberto Torres uma espécie de madrinha que pela primeira vez convocou-os a uma ação comum, de caráter cultural e educativo, através da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM), da qual foi fundadora. Deve-se a ela o primeiro guia dos *Museus do Brasil*, publicado em 1953.

Cinco anos depois, o museólogo e técnico em educação Guy de Holanda dirigiu uma pesquisa sobre os *Recursos educativos dos museus brasileiros*, patrocinada pela ONICOM, em convênio com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Dessa pesquisa resultou o segundo guia, publicado em 1958 sob o título supra grifado.

Este guia recente é, assim, o terceiro e foi organizado por iniciativa da própria Editora Expressão e Cultura, empresa que, pelo visto, procura honrar o seu nome e não apenas servir-se da cultura, como fazem tantos editores. Responsável pela pesquisa e pela organização do guia, a museó-